

Reduzir juros é saída contra déficit

O monumental rombo apresentado pelo Tesouro Nacional em janeiro, o maior déficit mensal registrado desde 1990, reforçou a posição dos que defendem, dentro do governo, a redução dos juros e o arrocho salarial dos servidores.

Divulgado oficialmente só na terça-feira, o déficit — de R\$ 2.838 bilhões — deixa claro o impacto das despesas com os juros da dívida pública interna sobre as contas federais. Em relação a janeiro de 1995, elas cresceram 221%.

Desde os primeiros meses do governo Fernando Henrique, os juros dividem a Esplanada dos Ministérios. Os ministros José Serra (Planejamento) e José Eduardo Andrade Vieira (Agricultura) são inimigos declarados dos juros altos.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, apoiado pelo Banco Central (BC), tem sido o principal defensor de uma política monetária conservadora. “Em se tratando de juros, é melhor errar para mais do que para menos”, chegou a dizer Malan.

Ele sempre temeu que uma queda exagerada das taxas de juros estimulasse o consumo e se tornasse uma ameaça ao Plano Real. Mas, para o governo, ficou claro agora que errar para mais também é um sério problema.

ARRECADAÇÃO PREJUDICADA

Juros excessivamente altos engessam a economia, prejudicando a arrecadação de impostos, e ainda aumentam os gastos do governo, aprofundando o déficit público e disseminando desconfianças em relação às contas oficiais, de cuja saúde depende o controle da inflação a longo prazo.

Quanto à folha de pessoal (que consome mais de 60% da receita líquida federal), o Ministério da Fazenda tem agora o respaldo dos números do Tesouro para tentar

adiar ao máximo a concessão de qualquer reajuste salarial aos servidores.

No fundo, o governo sabe que terá que reajustar os salários do funcionalismo em algum momento. A não ser que haja forte pressão política, contudo, a Fazenda tentará evitar que isto ocorra no primeiro semestre deste ano.

SENTANDO NO CAIXA

Tão complicado quanto segurar as despesas de pessoal será enfrentar a terceira causa do déficit de janeiro: as liberações de recursos resultantes de pressões políticas.

Oficialmente, o Ministério da Fazenda não admite aquilo que vários ministros setoriais se gabam de ter conseguido: arrancaram da caixa federal mais do que o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, pretendia liberar.

Mas os próprios dados oficiais do Tesouro não deixam dúvidas de que as despesas com investimento e outros gastos de custeio (exceto pessoal) subiram muito no mês passado. Em relação a janeiro de 1995, elas aumentaram de R\$ 492 milhões para R\$ 1,052 bilhão.

O presidente Fernando Henrique Cardoso foi informado sobre o megadéficit na última quinta-feira, num encontro com Portugal e com Malan no Palácio do Planalto.

No dia seguinte, aproveitou a reunião ministerial que fora marcada duas semanas antes para cobrar maior austeridade nos gastos. Na prática, o presidente reforçou a autoridade de Murilo Portugal para “sentar sobre o caixa” e dizer “não” aos pedidos de verbas.

“Os pleitos são legítimos, mas é grande a carência de recursos”, diz o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Andrea Calabi.

Fernando Henrique aprovou uma idéia levada por José Serra que pode, ao mesmo tempo, trazer algum frescor para a economia e, de tabela, ajudar a arrecadação.

Carlos Eduardo 28.12.95



Calabi: “Os pleitos são legítimos, mas é grande a carência de recursos”

OTIMISMO SOB SUSPEITA

O governo mapeou o que Calabi chama de “fontes alternativas de investimento”. São recursos do BNDES, da Caixa Econômica Federal, das estatais e de órgãos da administração indireta que somam R\$ 30 bilhões.

Usará isto para investir, sem tirar dinheiro do Tesouro. Calabi diz que “há chances de o governo evitar o déficit operacional este ano”.

O déficit operacional, que desconta os efeitos da inflação sobre o conjunto das receitas e despesas públicas (nesse caso, incluindo também as despesas com juros), é o

critério internacionalmente aceito para analisar as contas públicas em países inflacionários como o Brasil.

Mas o otimismo de Calabi é colocado sob suspeita por vários economistas.

“Um governo que se surpreende com o déficit, porque não sabe fazer previsão, não pode garantir nada”, afirma, por exemplo, o deputado Delfim Netto (PPB-SP).

As dúvidas aumentam na medida em que ninguém sabe que impacto terão sobre o Tesouro certos compromissos recentemente assumidos pelo governo, como a renegociação das dívidas do governo paulista com o Banespa (operação que envolve um total de R\$ 15 bilhões).